

Universidade Estadual de Goiás  
Unidade Universitária de Itaberaí-Goiás

Fabiana dos Santos Santana  
Flávia Cristina da Silva

Educação Especial: Formação dos Professores na Cidade de Itaberaí

ITABERAÍ  
2013

Universidade Estadual de Goiás  
Unidade Universitária de Itaberaí-Goiás

Fabiana dos Santos Santana  
Flávia Cristina da Silva

Educação Especial: Formação dos Professores na Cidade de Itaberaí

Trabalho de conclusão de curso sob a  
orientação do professor Arcângelo Scolaro.

ITABERAÍ  
2013

## RESUMO

A educação especial é um direito de crianças e jovens com alguma necessidade, porém este não é muito antigo, há apenas 40 anos que este é assegurado e consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos que todo cidadão tem direito à educação. Educação especial é uma assistência aos portadores de necessidades especiais, para se desenvolverem e poderem frequentar o ensino regular. A educação inclusiva visa à socialização de todos e o respeito pela diferenças. Para que o educador possa trabalhar com educação especial inclusiva é necessário que ele tenha uma formação inicial e continuada. É preciso que o educador saiba quais são os tipos de deficiências e a maneira de se tratar cada uma. As deficiências são: deficiência física, deficiência mental, deficiência auditiva e deficiência visual. No entanto, o professor não tem como lidar do mesmo jeito com um portador de deficiência física do mesmo jeito que trata um deficiente visual, pois cada um deles tem necessidades diferentes. A educação é garantida pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases 9394/96) a todas as crianças com necessidades especiais, e a escola deve fazer as modificações necessárias para atendê-las e suprir as suas necessidades. A educação é um direito de todo cidadão, garantido na Constituição Federal do país. Sendo direito de todos, incluem-se nesse grupo as pessoas com as mais diversas deficiências. Para tanto, se faz necessário que a escola seja um ambiente capaz de acolher esses indivíduos e possibilitá-los uma educação que promova a cidadania e a emancipação do sujeito. Para isto acontecer às escolas devem fazer adaptações para receber estas crianças, garantindo que ocorra uma aprendizagem, por que elas têm necessidades especiais às quais devem ser atendidas individualmente, para que através das diferenças elas tenham os direitos garantidos.

**Palavras chave:** educação especial, educação inclusiva e direito.

## Sumário

APRESENTAÇÃO	5
1 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E AS ESPECIFICIDADES DE CADA DEFICIÊNCIA	7
1.1 Breve histórico de Educação Especial no Brasil	7
1.2 O que é Educação Especial e Inclusiva	8
1.3 As deficiências e a maneira inclusiva de tratá-las	14
1.3.1 Deficiência Física	14
1.3.2 Deficiência Auditiva	15
1.3.3 Deficiência Mental	16
1.3.4 Deficiência Visual	17
1.4 Educação Especial e a sociedade excludente	17
2 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	19
2.1 A formação dos profissionais de educação na perspectiva da educação especial	21
2.2 Metodologias da educação especial	26
2.3 A inclusão e metodologias na relação da sociedade com o portador de necessidades especiais	28
3 PESQUISA QUALITATIVA SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CIDADE DE ITABERAÍ-GO	31
3.1- Resultados das pesquisas realizadas	32
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	39
ANEXOS	

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho falará sobre Educação Especial Inclusiva, pois muitos não sabem que os portadores de deficiência têm seus direitos garantidos na Constituição Federativa do Brasil.

Este trabalho tem como objetivo analisar a formação do educador para trabalhar com educação especial na cidade de Itaberaí, portanto iremos primeiramente fazer uma abordagem teórica sobre educação especial inclusiva e após uma pesquisa que será realizada por meio de um questionário, pra posteriormente fazermos uma análise da formação de professores.

Foi somente em 1961 que a educação especial começa a adquirir importância devido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pois de acordo com Gaio e Meneghetti (2012) até nesse momento eram realizadas apenas campanhas incentivando as pessoas a fazerem cursos sobre o assunto, mas é em 1996 que ganha um espaço maior.

Art. 58 Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil ( LDB, 9.394/96p.157).

Por isso pretendemos com esse trabalho mostrar o que diz na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para depois verificarmos se isso realmente acontece, se os portadores de necessidades especiais estão sendo incluídos na escola regular como regulamenta nessas duas leis.

De acordo com a Constituição Federal no artigo 203 parágrafo terceiro, o Estado garante o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (p. 155).

Este estudo possibilitará a Universidade ter a visão de Educação Especial que acontece na realidade de nossa cidade, se estas utilizam metodologias condizentes com a necessidade das crianças, se os professores têm formação adequada para trabalhar com essas crianças e principalmente se os educadores estão sendo eficazes na prática.

A sociedade deve ter consciência das necessidades das crianças portadoras de algum tipo de deficiência podendo ser mental ou física, portanto o nosso estudo relatará estas necessidades especiais dentro da escola, à formação dos educadores e as metodologias por eles utilizadas. A sociedade deve ter conhecimento sobre este tema para poder cobrar das escolas e dos governantes melhorias para o atendimento deste aluno, por que a partir do momento que temos conhecimento passamos a ter argumentos e base teórica para reivindicar os direitos destas pessoas.

O primeiro capítulo relata sobre o que é Educação Especial e o que é Educação Especial Inclusiva, quais são as especificidades de cada deficiência, e as maneiras inclusivas de tratá-las e falaremos também um pouco do processo histórico da Educação Especial no Brasil.

No segundo capítulo abordaremos sobre a formação dos professores, que formação é exigida desse professor que trabalha com a Educação Especial, também da necessidade de estar sempre atualizado através da formação continuada.

No último capítulo analisaremos quatro entrevistas realizadas com uma mãe de um aluno deficiente auditivo, com um aluno portador de deficiência física, com uma professora regente e com uma professora de apoio. Através dessas entrevistas vamos compreender se o que estão nas leis é cumprido e se os portadores de necessidades especiais são incluídos na escola regular.

Desta forma o nosso trabalho abordará de forma geral a educação especial na cidade de Itaberaí, primeiramente fazendo uma construção teórica sobre educação especial e inclusiva, formação do professor e posteriormente uma análise da prática da educação inclusiva.

# 1 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E AS ESPECIFICIDADES DE CADA DEFICIÊNCIA

Esse primeiro capítulo aborda a educação especial como uma maneira de auxiliar as crianças com necessidades especiais em seu desenvolvimento, para possibilitar a elas a sua integração no ambiente da escola regular.

Portanto a educação especial é garantida na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) e Constituição Federal Brasileira e, além disto, ainda é garantido para elas uma vaga na escola regular e professor de apoio se for necessário.

A visão sobre a educação especial vem se transformando, porém há alguns paradigmas enraizados em nossa cultura que ainda precisam ser superados. Há uns anos atrás o deficiente era visto como pessoas impuras e muitas vezes estes ficavam presos até mesmo em porões. E não tinha convívio com a sociedade e família, era negado também a eles o conhecimento, pois não frequentavam a escola.

## 1.1 Breve histórico da Educação Especial no Brasil

A Constituição Brasileira de 1824 garantia a todos os cidadãos o acesso à escola gratuita, sendo que nesse grupo de cidadãos não incluía as pessoas com deficiências. Porém isso vem mudando de forma lenta, pois já se passaram várias décadas e muitas escolas ainda não estão preparadas para receber essas pessoas.

Devido às poucas ações do Estado em relação ao atendimento das pessoas com deficiência, surge então a necessidade de implantar instituições privadas especializadas para atender essa clientela.

Diante das poucas ações estatais em relação à Educação especial inicia-se a implantação de instituições “privadas” especializadas no atendimento às pessoas com deficiências. Registros do Ministério da Educação (BRASIL, 1975), apontam o Instituto Pestalozzi, criado em 1926 no Rio Grande do Sul, como a primeira instituição particular especializada brasileira. Como as instituições de caráter filantrópico atuais, a primeira Pestalozzi atendia parte de seus alunos através de convênios com instituições públicas (GAIO; MENEGHETTI, 2012, p. 23).

Já nessa época, o Estado se compromete em oferecer ensino na rede regular para todos, mas não assume a educação de crianças com deficiências muito

severas devido à falta de professores especializados na educação especial e também porque as escolas não eram adaptadas para receberem essas crianças.

Em 1934, a Constituição apresenta a responsabilidade em relação à educação especial, mas são poucos os números de alunos com deficiências matriculados. A verdade é que as famílias ainda tinham a cultura de esconder seus filhos com deficiências e devido a isso havia uma grande resistência em matricular seus filhos nas escolas.

Foi apenas no século XIX que surgiu as primeiras Instituições Educacionais Públicas com atendimento especializado para pessoas portadoras de necessidades especiais, porém, antes disto acontecer os portadores de necessidades especiais muitas vezes eram segregados e sofriam frequentemente discriminação.

[...] ocorre a fundação de duas instituições públicas para o atendimento de pessoas com deficiências: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) em 1854, e Instituto dos Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos-Ines), em 1851 (GAIO; MENEGETI, 2012, p.27).

Apesar dos alunos nessa época terem acesso às instituições públicas de ensino, ainda havia a participação das instituições privadas, pois muitas escolas não se adequavam as necessidades dos alunos, achando que eram os alunos que tinham que se adequar a realidade da escola, sendo assim não oferecia um ensino de qualidade, pois não tinham formação adequada para atender esses alunos, havendo a necessidade de outra instituição, oferecer esses serviços especializados.

De acordo com Mazzotta (2011) as iniciativas oficiais no campo da educação especial no Brasil tiveram início no ano de 1957. Foi somente em 1961 que a educação especial começa a adquirir importância devido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pois de acordo com Gaio e Meneghetti (2012) até nesse momento eram realizadas apenas campanhas incentivando as pessoas a fazerem cursos sobre o assunto.

## **1.2 O que é Educação Especial e Inclusiva**

As pessoas que sofrem de algum tipo de deficiência, geralmente suas necessidades não são atendidas no sistema educativo tradicional, pois estas



precisam de professores especializados, é nesse momento que surge o conceito de educação especial.

Educação especial é uma proposta pedagógica que foi criada para atender pessoas com algum tipo de deficiência, sendo elas: deficiência física, mental, visual e auditiva.

A Educação Especial é um apoio à escola regular, ou seja, complementa o ensino utilizando metodologias específicas para suprir a necessidade destes alunos. Desta forma a criança se sente preparada para frequentar uma classe de aula da escola regular. A educação especial só tem sentido se for complementar e transitória, isto é, o seu objetivo é o de auxiliar a criança pra que ela venha a se integrar no ensino regular, junto com todas as demais crianças e isso para que ela se sinta incluída, ao se manter uma educação especial indefinida se cria uma segregação e isso significa exclusão.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2007, p.10).

Educação Inclusiva é a que acolhe todos os alunos em um mesmo ambiente, sem ocorrer discriminação. Os alunos portadores de necessidades especiais dentro da sala regular têm o seu professor de apoio, que auxilia na execução de sua atividade, mas este aluno tem contato direto com os demais alunos da instituição desta forma é permitido a ele se socializar.

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional.

A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica (BRASIL, 2004, p.8).

A Educação Inclusiva respeita as diferenças, valorizando cada ser na sua individualidade e a partir das diversidades elabora conteúdos e metodologias para ensinar na diferença. A educação inclusiva, não apenas educa e ensina as crianças com deficiência, mas educa e ensina a toda as crianças da escola para a diversidade e a cidadania, para a igualdade de direitos e para a solidariedade.

Quando as crianças que possuem alguma necessidade especial, frequentam a escola regular e que tem suas necessidades atendidas, significa uma educação especial inclusiva. Porém, há diferentes deficiências e cada uma precisa de materiais didáticos que atendam a sua necessidade educacional. O que ocorre muito é que todas as pessoas com deficiência são tratadas da mesma forma, sem recursos adequados, comprometendo assim a ação inclusiva.

Pessoas com necessidades especiais precisam de se socializar, desenvolver e obter uma aprendizagem, para isto a instituição de educação deve se adaptar as necessidades das mesmas. Desta forma a escola deve elaborar uma proposta pedagógica que possibilite o desenvolvimento de todos os alunos. De acordo com Bergamo (2010) a proposta pedagógica da instituição para atender a todos deve ser flexível e funcional. Flexível para adaptar o ensino a necessidade e individualidade de cada ser e funcional, para que todos da comunidade educativa tenham responsabilidade. Todos os educadores e membros da instituição devem participar do planejamento educativo a fim de construir o currículo e as estratégias específicas e deve ocorrer uma comunicação objetiva para que todos tenham conhecimento e ocorra a relação entre os funcionários.

Todas as pessoas têm o direito a educação, sendo dever do Estado e da família garantir isso às crianças. Está estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) em seu artigo 208, inciso III: “atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino”. Pois a criança com necessidade especial necessita de se socializar, portanto deve conviver com a diferença, respeitando e sendo respeitada.

Foi somente em 1961 que a educação especial começa a adquirir importância devido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pois de acordo com

Gaio e Meneghetti (2012) até nesse momento eram realizadas apenas campanhas incentivando as pessoas a fazerem cursos sobre o assunto.

Na LDB de 1961 em seu artigo 88 propõe o atendimento ao portador de necessidades especiais nas classes regulares de ensino de forma parcial, ou seja, o Projeto Político Pedagógico da instituição não eram adequado a estes alunos, eram eles que deveriam se adequar ao Projeto.

A partir da LDB de 1961 começou a dar mais importância para Educação Especial, desde então surgiram novos direitos para essas pessoas e passaram a se preocupar mais da formação de educadores especializados.

De acordo com a LDB 93.94/96 - Art. 58º.- “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A LDB 93.94/96 defende e garante a todas as crianças com necessidades especiais o direito a educação especial inclusiva que acontece a instituição de educação regular. Portanto, as escolas precisam oferecer serviços especializados para as pessoas portadoras de necessidades especiais na escola regular, pois é dever do Estado garantir isso para as crianças.

Para isto acontecer é necessário que os educadores sejam capacitados, sendo assim devem ter uma formação acadêmica. Segundo a <sup>1</sup>Declaração de Salamanca:

Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. Nas escolas práticas de

---

<sup>1</sup>A Declaração de Salamanca é um documento que foi elaborado em 1994 na Conferência Mundial sobre Educação Especial na cidade de Salamanca na Espanha. É considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

treinamento de professores, atenção especial deveria ser dada à preparação de todos os professores para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender as necessidades especiais dos alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e cooperar com os pais (1994, p.10).

No entanto, para ser possível executar os objetivos da educação especial é necessário que aconteça a formação dos educadores e sendo assim as Universidades são responsáveis, pois para isto acontecer elas devem pesquisar, ter educadores capazes de permitir os universitários obter este conhecimento e sempre unir teoria e prática para assim realmente ter a formação para trabalhar com a educação especial. Quando o ensino destas crianças é visto como substituição do ensino regular acaba acontecendo à exclusão.

Antes de falar efetivamente sobre a questão legal, de legislação, sobre os direitos da pessoa deficiente, parto da premissa de que existem duas posições teóricas de fundo sobre a função social de que a educação especial exerce na sociedade moderna e que tem influenciado decisivamente tanto as análises sobre ela, como sua própria trajetória histórica:

\_ a primeira entende que a educação especial nasce com o advento da chamada sociedade industrial e que veio responder aos anseios de democratização da educação. Isto é, que a educação especial nasce com objetivo de atender àquelas crianças que, por algumas características pessoais, não conseguiram acompanhar o processo regular do ensino. Essa é a visão que eu chamaria de visão liberal tradicional, de que a educação especial, nasce, fundamentalmente, para responder às necessidades da população deficiente;

\_ a segunda, uma visão exatamente oposta, entende que a educação especial nasceu para segregar o indivíduo deficiente, uma vez que as instituições de educação especial, surgidas a partir do final do século XVIII eram, em sua totalidade, internatos. Sob a capa de instituições que diziam responder às necessidades da população deficiente, o que existiu, na verdade, foram instituições asilares que tinham por objetivo único a separação dos anormais. Mesmo depois de os asilos serem substituídos por instituições abertas, esta corrente considera que as práticas institucionais, dentre elas as escolares, nada mais fizeram do que reiterar e contribuir para a exclusão social da pessoa deficiente (BUENO,1997, p.37-38).

Desta forma, a educação especial deve ser entendida como complementação do ensino regular e que a escola deve dispor de materiais específicos para cada necessidade especial da criança.

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (SALAMANCA, 1994).

Na educação especial inclusiva a criança portadora de alguma deficiência frequenta a sala regular, porém os conteúdos e materiais são adequados a sua individualidade, para que esta pessoa possa se desenvolver psicologicamente e socialmente através da interação com os educadores e os alunos considerados “normais”. De acordo com Bergamo:

A educação especial constitui-se, portanto, como uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços para apoiar, complementar, suplementar e/ou substituir serviços educacionais comuns. Realiza-se transversalmente em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições para ter acesso à escola e permanecer nela, assim como para desenvolver todas as suas potencialidades (BRASIL, apud BERGAMO, 2010).

O aluno deficiente quando tem as suas diferenças respeitadas e materiais adequados a sua disposição desenvolve de maneira mais fácil do que aqueles que não têm os seus direitos respeitados e não tem estímulo na instituição de educação e na sociedade. A criança que é respeitada se socializa de uma forma mais tranquila por que no decorrer de sua vida não sofreu *bullying*.

Um tipo de violência física e/ou psicológica, caracterizada pela repetição de atos e pelo desequilíbrio de poder entre agressor e vítima. Essa é a definição de *bullying*, um fenômeno antigo, presente principalmente nas escolas, e que nem sempre recebeu a devida atenção de professores, pais, alunos e da sociedade. Por ser difícil uma tradução fiel do termo para a língua portuguesa, utiliza-se a denominação *bullying* para uma forma de violência que pode implicar em sequelas, tanto às vítimas quanto aos agressores, e no contexto escolar é compreendido como uma série de agressões como xingamentos, apelidos, fofocas, empurrões e chutes que ocorrem com frequência contra uma pessoa (FERREIRA, p.1 2010).

O *bullyng* pode causar várias conseqüências, mas a que mais acontece é o atraso no processo de aprendizagem, pois ele abala o emocional da criança que o sofre, a maioria das crianças que tem alguma necessidade especial, já sofreu algum tipo de *bullyng*, pois há em nossa sociedade um preconceito e o não aceitação em alguns casos das diferenças.

A deficiência pode ser classificada como: física, visual, mental e auditiva. Cada deficiência tem as suas características próprias e cada uma há materiais didáticos diferenciados para trabalhar com os alunos para possibilitar o seu desenvolvimento.

### **1.3 As deficiências e a maneira inclusiva de tratá-las**

Os alunos com algum tipo de deficiência devem serem respeitados e tratados de forma igual aos demais, porém não esquecendo que cada deficiência há particularidades que também devem ser respeitadas, ou seja, cada deficiência há uma maneira inclusiva de tratá-las.

Para que aconteça realmente a inclusão, a escola, os professores, os alunos devem saber como tratar o aluno portador de necessidades educativas especiais, pois para cada deficiência existe uma maneira diferente para se tratar esse aluno, ou seja, para o deficiente auditivo é preciso conversar com ele em libras, para o deficiente visual é preciso ensinar o braille, para o deficiente mental tratá-lo naturalmente, e por fim para o deficiente físico é necessário procurar ficar na mesma altura para conversar, para evitar que o deficiente fique olhado para cima. Portanto, não importa qual o tipo de deficiência todos devem ser tratados com educação e respeitando suas deficiências.

#### **1.3.1 Deficiência Física**

A deficiência física pode ou não acarretar o comprometimento da locomoção, ou seja, o indivíduo que possui alguma lesão possui limitações, umas mais leves outras mais graves. As crianças com deficiência física necessitam de materiais e equipamentos adequados que lhes permitam a aprendizagem e autonomia. Os professores devem ensinar a Comunicação Aumentativa e

Alternativa, visando atender as necessidades dos alunos com dificuldade de fala e escrita funcional.

De acordo com o DECRETO Nº 3.298, em seu artigo 4º, inciso I:

Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (BRASIL, 2004. p. 02).

A pessoa portadora de deficiência física geralmente tem a falta de um membro, ou porque amputou ou aconteceu uma má formação ou deformação.

Algumas vezes a deficiência física vem acompanhada de outra ou é decorrente de outra, muitas vezes a deficiência mental acarreta alguma dificuldade locomotora. Porém para que uma criança deficiente física possa frequentar uma instituição de educação esta deve fazer modificações em sua estrutura para recebê-las, como por exemplo: rampas, corrimões e banheiros adaptados para acesso de cadeirantes.

Os educadores também precisam de materiais adequados para possibilitar o aluno com deficiência física a participação nas suas atividades propostas, e estes devem ser fornecido pela instituição, e como as outras deficiências, necessitam de professor de apoio para ajudar no desenvolvimento de suas atividades e na sua locomoção.

### **1.3.2 Deficiência Auditiva**

A deficiência auditiva é quando o indivíduo tem perdas parcial ou total da audição, mas existe uma diferença entre surdez e deficiência auditiva. Surdez é quando se nasce sem a capacidade de ouvir é congênita, e deficiência auditiva é quando a audição é parcialmente afetada.

**Parcialmente surdo** (com deficiência auditiva – DA)

a) Pessoa com surdez leve – indivíduo que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras [...]

b) Pessoa com surdez moderada – indivíduo que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis [...]

**Surdo**

a) Pessoa com surdez severa – indivíduo que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis [...]

b) Pessoa com surdez profunda – indivíduo que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis [...] (BRASIL, 2006, p. 21).

Os deficientes auditivos podem optar em aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para se comunicarem. Quanto maior o grau da deficiência auditiva da criança, maior tempo ela precisará para compreender e aprender a língua portuguesa, mais isto não influenciará no seu aprendizado de libras.

### 1.3.3 Deficiência Mental

Deficiência mental (DM) é designada como um problema ou lesão que afeta o cérebro, tendo diversos graus: profunda, grave, moderada e leve. As vezes a criança com DM tem dificuldade de se desenvolver e aprender. O atendimento aos portadores deficiência mental deve promover a sua participação ativa, para que dessa forma o aluno seja sujeito ativo do conhecimento.

E esta é uma das dificuldades encontradas para desenvolver a aprendizagem das crianças com DM que é permitir a elas sair do “não sei” e “não entendo” para ser uma criança ativa no processo de aprendizagem e esta dificuldade é ainda maior quando o método de ensino utilizado é o tradicional, pois este não permite que o aluno expresse a sua opinião e na maioria das vezes as aulas são expositivas.

O aluno com deficiência mental tem dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de ensino e uma gestão autoritária e centralizadora (BATISTA e MANTOAN, 2007, p.16).

Portanto, as educadoras precisam ter conhecimento dessa deficiência e das demais, porque poderão impedir o desenvolvimento cognitivo desses alunos



acontecendo o inverso, fazendo com que eles apresentem retardamento em seu aprendizado.

#### **1.3.4 Deficiência Visual**

São considerados deficientes visuais aquelas crianças que não são capazes de enxergar e utiliza outros meios para desenvolver e aprender podendo utilizar os outros sentidos sendo eles, tato, paladar, olfato, audição, são as pessoas com baixa visão e cegas.

Os alunos com deficiência visual precisam aprender o Sistema Braille, realizar também atividades de Orientação e Mobilidade (OM), ou seja, atividades como se deslocar de um lugar para outro.

De acordo com Mazzotta (2011) a primeira revista editada em braile foi em 1942 pelo Instituto Benjamin Constant que recebeu o nome de revista brasileira para cegos, esta foi criada para atender os alunos da própria instituição. Somente em 17 de setembro de 1949 passou a ser distribuída gratuitamente para os alunos cegos pela Portaria Ministerial n. 504.

Cada criança desenvolve no seu tempo de maneira individual, e este deve ser respeitado, porém há crianças que são mais rápidas e outras que seu desenvolvimento é mais lento. Mas a criança é influenciada pelo meio social onde vive, tendo ou não algum tipo de deficiência.

Ou seja, a família tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança, pois ela necessita de estímulos para efetivar sua aprendizagem, sendo assim é necessário que a família juntamente com a escola elabore metodologias que ambas possa estar trabalhando com o aluno, para facilitar o seu processo de assimilação de conhecimento.

#### **1.4 Educação Especial e a sociedade excludente**

É preciso que a sociedade e a escola entendam que todos tem direito a educação, inclusive os portadores de necessidades especiais. Mas para isso a escola precisa oferecer um espaço adequado para esses alunos, materiais pedagógicos, professores capacitados, dentre outros.

A Educação Especial pretende oferecer condições iguais de acesso à educação, em atendimento ao direito inalienável de todos sem exceção. Para isso a escola precisa alargar seu espaço pedagógico, diversificando seus procedimentos, modificando e adaptando seus recursos, assegurando a utilização de conteúdos e estratégias apropriadas às necessidades especiais dos alunos (PICONEZ, 1991, p. 128).

Muitas escolas se dizem inclusivas, mas as vezes o que acontece na prática é a exclusão, pois não se preocupam em adaptar a escola para receber os alunos portadores de necessidades especiais, nem se preocupam em ter professores capacitados para trabalhar com as diversas deficiências.

Esta é a maior contribuição que a Educação Especial pode oferecer: denunciar o falso discurso democrático vigente nas escolas, que afirma o direito de todos mas na prática usurpa de qualquer pessoa diferente o direito de realizar suas potencialidades. A tão falada democratização da escola pública, que muito vem se expandindo quantitativamente, na realidade não consegue ocultar a prática de mecanismos sociais de exclusão e de discriminação não só de pessoas portadoras de deficiências mas de grupos minoritários que não se enquadram nos parâmetros definidos por uma escola muito distanciada da realidade em que se insere (PICONEZ, 1991, p. 129).

Portanto, os portadores de necessidades especiais têm o direito de estudar na escola regular, e a escola precisa fazer as adaptações necessárias para receber esses alunos, uma vez que isso está garantido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96).

São necessários professores qualificados que subsidie a Educação Especial, para isto a instituição e governo devem investir em qualificação de Educadores regentes e de apoio. Estes devem planejar o seu ensino de forma que atenda as necessidades dos educando, para desenvolver seu conhecimento e para viver em sociedade.

Um fator muito importante em relação à qualidade da educação é a formação dos educadores, tanto no ensino regular como no especial, pois para que os alunos realmente aprendam, é preciso que os educadores tenham uma ótima formação inicial e também continuada. Em relação à educação especial os educadores precisam ter além da formação inicial, ter também uma formação continuada na área de Educação Especial.

## 2 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A Educação Especial Inclusiva tem como objetivo atender todas as pessoas sem discriminação, portanto procura integrar os portadores de necessidades especiais e os excluídos em geral, porém, para que isto possa ocorrer é necessário ter professores qualificados, podendo ser regular ou de apoio. Mas a equipe pedagógica que envolve coordenadores precisa também de formação para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem da educação especial.

Existem várias leis que regulamentam a formação de educadores como, por exemplo, a LDB e o PNE 2001- 2010. Na LDB 9394/96 está relatado que a formação inicial deve acontecer em Universidades capacitadas e em curso de licenciatura.

A formação do educador deve visar o seu trabalho para atender os diferentes níveis de ensino e aprendizagem e esta também deve visar à inclusão de todos.

Os cursos de formação de educadores devem fazer a associação de teoria e prática, para que sua formação tenha mais qualidade e o estágio é uma prática que qualifica o professor. Objetivo de um estágio é que o aluno universitário, a partir da reflexão da prática por meio da teoria, seja capaz de construir uma postura de um educador pesquisador e desta maneira pesquise conhecimento que subsidia a sua prática docente.

O estágio possibilita o conhecimento e o contato com a realidade do campo de trabalho, a escola, é o momento de reflexão e de observações críticas, e o estagiário deve ser participativo e dinâmico para assumir o seu lugar dentro de uma Instituição de Educação.

**Art. 61.** A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades (LDB, 1996, p.24-25).

A formação de educadores deve acontecer de maneira a atender as necessidades dos educandos e esta não deve descartar outras formações, sendo uma formação continuada.

De acordo com o PNE 2001-2010 o tripé para a formação e valorização do educador é a formação inicial, continuada e as condições de trabalho, salário e carreira, mas muitas vezes os educadores quando se deparam com a realidade da educação desanimam, pois algumas vezes não se tem matérias para trabalhar. E um dos desafios para a formação e valorização dos professores é que as universidades formem mais e melhor, de forma que eles sejam capazes de enfrentar e mudar a história da Educação Brasileira.

A qualificação do pessoal docente se apresenta hoje como um dos maiores desafios para o Plano Nacional de Educação, e o Poder Público precisa se dedicar prioritariamente à solução deste problema. A implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do País, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas (PNE 2001-2010, p. 148).

É necessário para que aconteça o desenvolvimento da educação e o desenvolvimento do nosso país, a formação de educadores com qualidade, pois é a qualidade de seu trabalho que influencia diretamente no desenvolvimento do nosso país. Desta forma é necessário investimento na formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

A formação continuada visa que o educador constantemente tenha conhecimento que lhe dá base para executar a sua profissão de maneira eficaz, que atenda às necessidades de seus alunos e da sociedade e do País formando alunos capazes de viverem em nossa sociedade tecnológica e principalmente indivíduos capacitados e com conhecimento para desenvolver tecnologias.

A formação continuada, (...), é necessidade intrínseca para os profissionais da educação escolar e faz parte de um processo permanente de desenvolvimento profissional que deve ser assegurado a todos. A formação continuada deve propiciar atualizações, aprofundamento das temáticas educacionais e apoiar-se numa reflexão sobre a prática educativa, promovendo um processo constante de auto-avaliação que oriente a construção

contínua de competências profissionais. Porém, um processo de reflexão exige predisposição a um questionamento crítico da intervenção educativa e uma análise da prática na perspectiva de seus pressupostos. Isso supõe que a formação continuada estenda-se às capacidades e atitudes e problematize os valores e as concepções de cada professor e da equipe (REFERÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 1999, p. 70).

A formação continuada visa o desenvolvimento contínuo dos educadores, por meio da reflexão crítica e desta forma esta formação além de influenciar na prática pedagógica do educador, respalda na sua formação de suas atitudes e valores enquanto profissional da educação.

De acordo com o PNE 2001-2010 a formação continuada dos educadores deve ser promovida e incentivada pela Secretaria de Educação Municipal ou Estadual não esquecendo que devem investir também na formação continuada de diretores, coordenadores e administradores, que também faz parte do processo de Educação e Ensino nas Instituições de Educação.

A formação inicial e continuada de educadores deve ser voltada para capacitação dos mesmos para atender as necessidades da sociedade, e desta maneira a formação muda de acordo com as mudanças ocorridas na nossa sociedade e no Brasil, atualmente visa muito à capacitação destes para trabalhar com a diversidade, inclusão e educação especial.

## **2.1 A Formação dos Profissionais de Educação na Perspectiva da Educação Especial**

Atualmente em nossa sociedade e na realidade das escolas existem poucos professores regulares que tem formação para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais e desta forma o aluno especial fica excluído dentro da sala de aula com o seu professor de apoio que muitas vezes não tem formação específica para trabalhar com estes alunos, no terceiro capítulo será apresentada uma pesquisa com educadores regulares e de apoio de alunos especiais a qual abordará sua formação e metodologias utilizadas com estes alunos.

É garantida por lei a Educação para todos de acordo com a Constituição Federal de 1988, porém muitas vezes isto não ocorre porque não tem professores qualificados para atender os alunos portadores de necessidades especiais.

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (MANTOAN, 2006, p. 57).

E estes alunos precisam também de currículos de ensino construído para atender suas necessidades, metodologias que vise o seu desenvolvimento, recursos que possibilite que sua educação possa acontecer e materiais pedagógicos adequados para que os alunos possam desenvolver suas atividades.

**Art. 59.** Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

**I** - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

**II** - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

**III** - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

**IV** - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

**V** - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (LDB 9394/96, p.24).

É garantido por lei que os alunos especiais, tenham professores de apoio quando necessários e que este deve ter formação para trabalhar com alunos, os educadores regulares devem também da mesma forma ter formação, para integrá-los em seus planos de aula e nas metodologias e os coordenadores e gestores devem ter uma formação, pois influência no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Porém de acordo com Mantoan (2006) muitos educadores têm resistência à formação para inclusão em serviço e recusa trabalhar com a educação inclusiva por não terem formação. A formação em serviço está relacionada com a formação continuada, a qual está interligada com a sua prática, que o educador busca novos

conhecimentos para superar os desafios e atender as necessidades da sociedade a qual a escola faz parte.

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis (MANTOAN, 2006, p. 54-55).

A falta de professores especializados é um problema para se incluir os portadores de necessidades especiais na escola regular, pois além de um local adaptado a cada tipo de deficiência, esses alunos também precisam de professores capacitados, por isso a necessidade de programas que ofereçam formação continuada nessa área.

Para ser realmente inclusiva a escola precisa oferecer formação tanto para os professores, como para os coordenadores, diretores e outros funcionários, para que possam trabalhar juntos.

A escola que pretende ser inclusiva deve também proporcionar formação continuada a todos os profissionais envolvidos no contexto educacional, pois eles necessitam de suporte técnico-científico para refletir sobre a prática educacional cotidiana (BERGAMO, 2010, p.59).

Desta forma preparando melhor estes para proporcionar aos alunos especiais uma educação com mais qualidade, socialização e participação na vida escolar, o professor de apoio precisa elaborar metodologias para se trabalhar, que vise o desenvolvimento dos educandos, podendo ser motor, social e cognitivo.

A formação do educador de apoio e regente para se trabalhar com a inclusão deve ser continuada, ou seja, atendendo seus alunos a partir de suas necessidades para viver em sociedade, para isto o seu conhecimento deve estar atualizado, pois as concepções de vida mudam rapidamente, ou seja, o mundo sofre frequentes transformações, e, portanto os alunos com necessidades devem ser preparados para viver nesta sociedade.

Algumas formações específicas para os professores de apoio são: curso de libras, curso de braile, dentre outros.

Outras fontes de capacitação que se pode destacar são: instituições de formação de professores, centros especializados que dão apoio direto a crianças com necessidades educativas especiais e profissionais especializados de distintos organismos, departamentos e instituições, como consultores e psicólogos escolares, fonoaudiólogos e reeducadores, entre outros. É fundamental valorizar o conhecimento de todos os profissionais da educação para que o processo de inclusão seja bem-sucedido (BERGAMO, 2010, p.61).

Há diferentes formas de formação de educadores para se trabalhar com Educação Especial, porém a instituição deve investir juntamente com o governo e prefeitura na formação de educadores para se trabalhar com Educação Especial Inclusiva.

De acordo com a Declaração de Salamanca a formação de educadores pode acontecer em período de serviço, ou seja, através do ensino a distância e a utilização técnicas de auto aprendizagem.

A escola juntamente com a Secretaria de Educação tem como dever investir na formação de educadores para atender as crianças com necessidades especiais. Ela pode, por exemplo, desenvolver na instituição palestra com temas de Educação Especial visando o atendimento e socialização destes, e esta pode ser desenvolvida para toda a comunidade escolar, alunos, pais e a sociedade em geral, para que estes estejam envolvidos e saibam lidar com a Educação Especial, evitando desta forma atitudes preconceituosa que acontece por falta de informação e conhecimento.

Outro exemplo seria que os professores participassem de congressos que falem de Educação Especial, dessa forma estariam aprendendo cada vez mais com vários especialistas sobre o assunto, desta forma sempre estarão renovando o seu conhecimento, pois vivemos em uma sociedade na qual a informação gira em tempo recorde.

Além de investir na formação dos educadores é necessário que ocorra mudanças nos comportamentos, atitudes e métodos comuns no nosso cotidiano escolar que são de exclusão, para que desta forma todos os alunos nas suas diferenças recebam educação e respeito dentro do ambiente escolar.



Para que aconteça a inclusão dos alunos na rede regular de ensino é preciso que todos tenham consciência da importância de integrar os portadores de necessidades especiais na sala de aula regular.

Sabemos que a integração na rede regular de ensino é o eixo orientador do atendimento educacional, ainda apesar do muito esforço de alguns profissionais das escolas não é possível atingir um nível considerado adequado, por causa de uma série de fatores. Dentre eles, ressaltamos alguns: falta de sensibilidade da comunidade escolar por falta de conhecimento, desconhecimento dos professores acerca da educação especial, a falta de recursos, materiais e equipamentos pedagógicos adequados e especializados (ZANINI, 2007, p.31).

A comunidade na qual a instituição está localizada deve participar de palestras as quais vão permitir aos cidadãos ter uma consciência sobre a educação especial, para que desta forma ocorra a sensibilização da comunidade para inclusão dos portadores de necessidades especiais.

A instituição pode com parceria com outros órgãos educativos promover cursos de capacitação de professores de apoio, visando o desenvolvimento do conhecimento destes para atender crianças com necessidades especiais. Pode ser trabalhada nestes cursos conteúdos como inclusão, libras, braile, e o conhecimento de metodologias para se trabalhar com as diferentes deficiências.

Outra possibilidade para uma educação de qualidade para as pessoas portadoras de necessidades especiais, é que elas tenham como referência uma pessoa deficiente que é bem sucedida nos estudos, se possível esta trabalhar na instituição será melhor ainda para o aluno, pois assim ele não se sentirá totalmente diferente e isolado.

Um problema recorrente em sistemas educacionais, mesmo naqueles que provêem excelentes serviços para estudantes portadores de deficiência refere-se a falta de modelos para tais estudantes. Alunos de educação especial requerem oportunidades de interagir com adultos portadores de deficiências que tenham obtido sucesso de forma que eles possam ter um padrão para seus próprios estilos de vida e aspirações com base em expectativas realistas. Além disso, alunos portadores de deficiências deveriam ser treinados e providos de exemplos de atribuição de poderes e lideranças à deficiência de forma que eles possam auxiliar no modelamento de políticas que irão afetá-los futuramente. Sistemas educacionais deveriam, portanto, basear o recrutamento de professores e outros educadores que podem e deveriam buscar,

para a educação de crianças especiais, o envolvimento de indivíduos portadores de deficiências que sejam bem sucedidos e que provenham da mesma região (SALAMANCA, 1994).

Portanto, se os portadores de necessidades especiais tiverem contato na escola com algum adulto que também seja portador de necessidade especial e que se sinta incluído tanto no espaço da escola quanto na sociedade, os alunos poderão se espelhar nele, e poderá aprender que todos têm direitos iguais, de ter acesso a escola regular, direito de ir e vir como as pessoas consideradas normais, e dessa forma se sentindo incluídos poderão se desenvolver e aprender melhor.

## **2.2 Metodologias da Educação Especial**

Existem diversas metodologias para se trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais, por isso é preciso recursos didáticos, ou seja, materiais diferentes para cada tipo de deficiência, pois para se trabalhar com uma criança que tenha deficiência visual se utiliza o Braille, já para uma criança que tenha deficiência auditiva se utiliza libras, sendo necessárias atividades diferentes para cada um deles, visando o seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

Uma metodologia que pode ser utilizada pela escola como método de ensino e inclusão é a sala multimeios, onde possui uma gama de materiais para se trabalhar com as crianças de quaisquer necessidades especiais.

As salas multimeios disponibilizam um conjunto de serviços, recursos e estratégias, com base na tecnologia assistiva, que auxiliam na eliminação de barreiras funcionais, promovendo participação dos alunos nas atividades escolares. O trabalho que nela se realiza é constantemente ampliado e aprimorado por meio de estudos, de pesquisas com outras áreas do conhecimento (MACHADO, 2009, p.123).

Para que uma criança deficiente física possam ter autonomia, segurança e comunicação são necessários que o educador tenha formação e metodologias para que isto aconteça. De acordo com Machado (2009), o educador pode dentro da sala de multimeios elaborar projetos juntamente com outros profissionais da saúde, como fisioterapeutas e fonoaudiólogos.

O educador perante aos alunos com necessidades especiais devem estabelecer algumas atitudes e posturas perante aos seus educandos e suas metodologias para melhor socialização e desenvolvimentos destes.

É de suma importância que os alunos com cegueira esteja posicionado na sala de aula de forma favorecer a escuta do professor, explicar e caracterizar os materiais que serão utilizados, para que o aluno possa se situar nas metodologias, a sala devem ser organizada de forma que facilite a locomoção dos alunos. De acordo com BERGAMO (2010) relata que se deve fazer a sinalização tátil dos obstáculos como por exemplo degraus e rampas.

Os alunos com deficiência auditiva deve da mesma forma estar bem posicionado para poder ter uma visão do seu professor regular e de apoio, para facilitar a sua comunicação e observação dos acontecimentos, fazer o uso de materiais visuais, materiais adaptados, textos em libras, para que aprendam e desenvolvam o seu conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais, sobre a Língua Portuguesa e conhecimentos gerais como matemática, ciências e geografia.

Para que os alunos com deficiência física possa se movimentar de forma mais autônoma com a sua cadeira é necessário que o educador elabore a organização da sala de aula de maneira que retire os obstáculos. É necessário que a sua cadeira tenha suportes e laterais elevadas para evitar que seu objetos escolares escorreguem ou caiam.

O educador deve posicionar o aluno com deficiência mental de forma que consiga chamar a atenção dele para o conteúdo, para evitar que este aluno se distraia e desta forma estimular a sua participação na aula, desenvolvendo e possibilitando que o aluno passe da posição passiva para ativa na construção do seu conhecimento.

Cabe ressaltar, que não existe um método ideal para o direcionamento das atividades para os alunos com deficiência intelectual, de forma alguma se propõe que deva ser utilizada uma gama de métodos indiscriminadamente.

Mas sim, refletir constantemente sobre o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, sobre a própria prática e sobre as oportunidades de interação do aluno com o objetivo de conhecimento, a fim de avaliar a eficácia das estratégias, bem como propor adaptações e/ou alteração de procedimentos. Enfim, quanto mais diversificados e adequados às diferenças de ritmo e estilos de aprendizagem dos alunos forem os métodos de ensino, menores serão as barreiras de aprendizagem (FALCONI; SILVA, 2013, p. 07)

Existem vários métodos para serem trabalhados com as diferentes deficiências, porém é de suma importância que ocorra a reflexão, para analisar se o método escolhido está alcançando o objetivo proposto e se o aluno está aprendendo.

Estas são algumas sugestões metodológicas que podem ser utilizada pelo educador, para organizar e desenvolver sua aula de maneira tranquila sem que ocorra grandes transtornos.

É necessário que além do aluno ser incluído na escola é importante que ele tenham uma relação com a sociedade em geral, para isto é necessário que o as pessoas em geral tenham noção de como se comportar e tratar as pessoas com necessidades especiais, portanto a instituição de educação deve elaborar métodos para ocorra a sensibilização da comunidade.

### **2.3 A inclusão e metodologias na relação da sociedade com o portador de necessidades especiais**

Muitas vezes as pessoas que não são deficientes as consideradas normais ficam confusas quando encontram uma pessoa deficiente, pois para elas isso é diferente, causando sensação de desconforto, mas para que isso possa diminuir e até acabar é preciso um convívio, para que a pessoa não-deficiente possa conhecer a pessoa deficiente. No entanto, as pessoas deficientes não devem ser evitadas, pois elas são pessoas como todas as outras, mas não se pode fazer de conta que a sua deficiência não exista, o que se pode fazer é tratá-la com respeito, aceitando a sua deficiência. Portanto, ter uma deficiência não torna uma pessoa deficiente melhor nem pior que uma pessoa considerada normal, pois o que as diferencia são somente alguns obstáculos que ela precisa enfrentar diariamente, como a discriminação por ser portadora de necessidade especial, dificuldades para realizar algumas atividades que para nós é a coisa mais comum, mas essa discriminação precisa acabar, pois todas as pessoas têm direitos iguais.

Agora mostraremos algumas atitudes que a sociedade em geral poderia ter com as pessoas que tem alguma deficiência, tratando-a com respeito e igualdade.

De acordo com Araujo; Hetkowski (2006) há diferentes maneiras de se tratar as pessoas cegas ou com deficiência visual, são elas:

- Ao oferecer ajuda a uma pessoa cega, perguntar de que forma pode ajudá-lo, e se a ajuda for aceita, deve se dobrar o cotovelo e colocar nele a mão da pessoa cega, para que ela possa acompanhar o movimento;
- Quando ajudar uma pessoa deficiente visual, sempre avisá-la antecipadamente da existência de um degrau, obstáculos, pisos escorregadios e buracos em geral durante todo o trajeto.

Ao ajudar as pessoas com deficiência física:

- Ao conversar com um deficiente físico é necessário que se abaixe para que ele não fique com a cabeça erguida, para que ambos fiquem no mesmo nível.

Algumas maneiras de tratar uma pessoa com deficiência auditiva:

- Falar diretamente com a pessoa, para que a sua boca fique bem visível;
- Ficar em um local bem iluminado, e não ficar contra a luz pois isso dificulta a visão do rosto.

Com as pessoas com deficiência mental:

- Agir naturalmente com uma pessoa deficiente mental, tratando-a com respeito e consideração;
- As crianças com deficiência mental devem ser integradas nas brincadeiras com outras crianças da mesma idade.

As pessoas com necessidades especiais devem ser tratadas de maneira em que se sinta confortável para que desta forma estabeleça uma relação de respeito mútuo.

A diferentes formas para tratar diferentes pessoas, cabe a cada um encontrar a maneira mais confortável para estabelecer uma relação de diálogo.

Muitas vezes o educador não tem conhecimento destas maneiras de tratar as pessoas com necessidades especiais, pois não tem formação adequada para trabalhar com esses alunos, falta incentivo do governo em oferecer cursos de formação continuada e incentivos para o educador.

A realidade da Educação Especial no Brasil vem transformando devagar porém há um caminho longo até chegar em um nível a ser considerado bom, mas para isto acontecer é de suma importância que os políticos e governo invistam nesta área da educação, porém é necessário que a sociedade cobrem destes atitudes favoráveis a educação.

É preciso que se ofereçam cursos para os professores e que também os liberem para participarem de encontros ou eventos de formação, para que desta forma aconteça a formação continuada.

Desta maneira depois de termos percebido a carência da formação dos professores, iremos realizar uma pesquisa de campo para concluirmos qual é a verdadeira situação da Educação Especial em Itaberaí, e também analisarmos as metodologias por eles utilizadas se está satisfazendo as necessidades educacionais dos alunos portadores de alguma deficiência.

### 3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CIDADE DE ITABERAÍ- GO

Pesquisar é o mesmo que buscar uma resposta sobre determinado assunto, para dessa forma obtermos cada vez mais conhecimento. Para se obter essa resposta é preciso usar uma metodologia, pois de acordo com AREIAS, Ghirotti e Sarturi (2008) a metodologia é a explicação detalhada de toda a ação desenvolvida no trabalho de pesquisa.

Pesquisa é o mesmo que busca ou procura. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Em se tratando de Ciência a pesquisa é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta. Não gosto de dizer que se faz ciência, mas que se produz ciência através de uma pesquisa. Pesquisa é portanto o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento (BAFFI, 2002, p.5).

Para obtermos os nossos objetivos realizamos uma pesquisa qualitativa, ou seja, uma pesquisa que é direcionada durante todo o seu desenvolvimento para se obter dados descritivos tendo sempre contato do pesquisador com o objeto de estudo.

A pesquisa de campo foi realizada para verificarmos a situação das teorias e das leis e o que está sendo realizado na prática nas escolas municipais da cidade de Itaberaí.

De acordo com Fonseca (2006, p. 30) a pesquisa de campo “É a pesquisa em que se observa e coleta os dados diretamente no próprio local em que se deu o fato em estudo, caracterizando-se pelo contato direto com o mesmo, sem interferência do pesquisador”.

Os dados da pesquisa de campo foram coletados por meio de entrevistas e também questionários. O público alvo da pesquisa serão os professores regulares de salas inclusivas, professores de apoio, professores da AEE (Atendimento Educacional Especializado), e os coordenadores pedagógicos da Instituição Campo.

Elaboraremos um questionário no qual o objetivo foi o de obter conhecimento sobre a formação e as metodologias utilizadas pelos educadores da Educação Especial para que aconteça o desenvolvimento dos alunos nos aspectos social, cultural, intelectual e físico. Após a execução da pesquisa de campo,

realizamos uma análise para verificarmos a realidade da Educação Especial na cidade de Itaberaí.

### **3.1 Resultados da pesquisa realizada**

As pesquisas realizadas, com uma mãe, um aluno, um professor regular e uma professora de apoio, nos mostraram diferentes visões sobre a educação, que permite uma análise bem criteriosa para que possamos ter uma ideia fiel da Educação Especial.

Na primeira entrevista realizada com uma mãe de um aluno com deficiência auditiva, verificamos que, em certa escola, o seu filho não era bem recebido e que seu desenvolvimento acontecia de uma forma muito lenta, entretanto, ao mudar de escola, ele teve uma professora de apoio que realmente estava empenhada, o seu desenvolvimento foi notável, conquistando assim um direito que lhe cabe.

A Constituição garante, portanto, a participação dos alunos com deficiência nas classes comuns como um direito indisponível, inserindo-os nos processos de escolarização. Ao ensino especial cabe a responsabilidade de prover meios de acesso, permanência e continuidade da escolaridade desses alunos pela oferta do atendimento educacional especializado (MACHADO, 2009, p. 77,).

Na segunda entrevista podemos notar na fala de uma professora regular de 3º ano, graduada em geografia, que a sua formação inicial não lhe deu base para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais, e pelo verificado nas entrevistas e pela observação nenhuma graduação prepara especificamente para a ação com alunos especiais.

Na terceira entrevista ficou claro, que o aluno do 8º ano é bem recebido na sua escola, porém é a mesma escola que a mãe do adolescente com deficiência auditiva, apresentou certa insatisfação. Ou seja, cada deficiência tem modos diferenciados para tratá-los e metodologias diferenciada de ensino, sendo assim não podemos generalizar e obter uma conclusão equivocada.

A busca de uma escola de qualidade para todos, como proclamam as políticas mundiais, deve estar em conexão com o desenvolvimento profissional de todas as pessoas que trabalham na



escola. Esse aprimoramento é concebido como um dos principais componentes de mudança, na medida em que rompe com paradigmas já estabelecidos no sistema educacional vigente e aponta novos caminhos que podem ser trilhados, a fim de promover a autonomia social e educacional de todos os alunos (BERGAMO, 2010, p. 61-62).

Para que não ocorram discriminações ou equívocos na relação com os alunos com algum tipo de deficiência é necessário que a escola invista em curso de formação para todos, que diretamente ou indiretamente influêncie na educação dos alunos, para também superar alguns paradigmas discriminatórios presentes na nossa sociedade.

Na quarta entrevista realizada com uma professora de apoio, podemos perceber que a inclusão é algo novo na cidade de Itaberaí, pois começou a se pensar em incluir esses portadores de necessidades especiais no ano de 1999, então desse período até hoje muitos alunos foram incluídos na escola regular, mas o que se pode notar que é preciso ter professores qualificados para trabalhar com as diferentes deficiências. Essa professora também enfatiza que é na prática que se aprende a trabalhar com os portadores de necessidades especiais, pois para ela a teoria é muito diferente da prática, e é no dia a dia que se aprende a lidar com cada um e com os problemas que surgem dentro da sala de aula.

Reagir a uma educação conservadora requer avaliar necessariamente a qualidade da formação do educador. Segundo Cartolano (1998), é fato histórico na sociedade cativar tradições culturais de práticas discriminatórias da educação especial, pois ela não tem constituído como parte do “conteúdo” curricular de formação de educador. Na maioria das vezes, é vista como uma formação especial reservada àqueles que desejam trabalhar com os alunos “deficientes”. As decorrências da má-formação, em função da não-inclusão do ensino especial no currículo de formação do educador, são um planejamento de ensino, elaboração de objetivos de ensino, avaliação do processo de ensino-aprendizagem para pessoas com história de deficiência insuficientes para a atuação profissional condizente com a realidade educacional dos alunos (CARTOLANO, apud, BAÚ; KUBO, 2009, p. 29).

Para que possa acontecer, de uma forma mais qualificada, a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais faz-se necessário, repensar a formação do educador, as educadoras de apoio e regular, relatam na entrevista a carência tanto na pedagogia como nas licenciaturas, disciplinas sobre educação

especial. Segundo elas o curso de graduação não lhes deu base para trabalhar com educação especial inclusiva. Essa situação, nós alunas do quarto ano de pedagogia, também a verificamos. Atualmente existe uma disciplina de Libras, que a educadora trabalha uma visão geral da educação especial e das deficiências, porém focalizam mais o aprendizado de Libras, não oportuniza estudos sobre as outras necessidades especiais.

A mãe do aluno com deficiência auditiva relatou que no início, quando ele começou frequentar a escola regular, os pais tinham que ir a escola uma vez por semana para estar participando e observando o seu filho no período de aula.

O aluno que tem uma dificuldade de locomoção, relatou que a sua professora de apoio não desenvolve atividades diferenciadas com ele na aula de educação física, por que ela tem mais um aluno com necessidade especial, e este necessita de mais atenção, pois ele se estressa muito fácil.

Em relação às metodologias, a professora regular disse na entrevista que ao fazer o planejamento é preciso pensar também nos alunos portadores de necessidades especiais, mesmo ele tendo o professor de apoio, porque esses alunos tem que progredir e não regredir, mas tem aqueles que aprendem lentamente, então a professora utiliza metodologias diferenciadas trabalhando com o material concreto, com jogos, dentre outros, para que esses alunos se desenvolvam. Ela considera muito importante a formação do professor, pois não podemos tirá-los da sala de aula só porque são especiais, mas é preciso incluí-los, para que possam se socializar e desenvolverem, mesmo que esse desenvolvimento seja bastante devagar.

Um problema colocado pela professora de apoio é em relação a avaliação, pois muitas vezes avaliam o aluno portador de necessidade especial como todos os demais, querendo que ele tenha evoluído igual aos outros, mas é preciso que o professor tenha em mente que muitas vezes o simples fato de o aluno conseguir ir ao banheiro sozinho, algo que ele não fazia antes, já é considerado um desenvolvimento do aluno.

Na perspectiva de um ensino para todos e aberto às diferenças, avaliamos a aprendizagem pelo percurso do aluno no decorrer de um curso. Levamos em conta o que ele é capaz de fazer para ultrapassar suas dificuldades, construir os conhecimentos, tratar informações, organizar seu trabalho e participar ativamente da vida escolar. Consideramos o sucesso do aluno a partir dos seus avanços

em todos os seus aspectos do seu desenvolvimento (GAIO; MENEGHETI, 2010, p.86,).

Portanto o educador deve ter uma formação que lhe permita o conhecimento de entender que para que todos possam ter seus direitos respeitados é necessário que se respeite a individualidade de cada ser, ou seja, na avaliação deve levar em consideração as características e níveis de desenvolvimento de cada educando.

Os programas de formação inicial deverão incutir em todos os professores da educação básica uma orientação positiva sobre a deficiência que permita entender o que se pode conseguir nas escolas com serviços locais de apoio. Os conhecimentos e as aptidões requeridos são basicamente os mesmos de uma boa pedagogia, isto é a capacidade de avaliar as necessidades especiais, de adaptar o conteúdo do programas de estudos, de recorrer à ajuda da tecnologia, de individualizar os procedimentos pedagógicos para atender a um maior número de aptidões (BRASIL, 2001, p.16-17).

O educador deve estar capacitado para atender um portador de necessidade especial, para sua integração e socialização, mas também é necessário que o aluno seja integrado no currículo escolar.

A professora regente relatou em uma parte da entrevista que não podemos tirar da sala de aula os portadores de necessidades especiais, pois é preciso inseri-los na sociedade, ou seja, é na sala de aula que vão aprender a socializar, vão aprender a conviver em sociedade, por isso é preciso se pensar em metodologias que atendam as necessidades individuais de cada aluno portador de necessidade especial.

Nos dias atuais, a escola tem um papel fundamental para ajudar a incluir esses jovens na vida em sociedade. Mas já houve tempos, porém, que ela própria segregava e discriminava aqueles que se mostravam diferentes. Foi longo o caminho até que ingressasse no espaço escolar a concepção de educação inclusiva, com vistas a ressignificar a prática educativa pelo reconhecimento da necessidade de atender indiscriminadamente a todos os alunos (BERGAMO, p.33-34, 2010).

No entanto, isso se modificou, pois a escola atualmente faz esforço para incluir os portadores de necessidades especiais, e muitos professores já tem a

noção da importância de se incluí-los para que possam socializar, aprender e desenvolver.

Porém ainda hoje ocorre discriminação com os portadores de necessidades especiais como relatou a mãe do aluno com deficiência auditiva, que as pessoas riam de seu filho por ele não falar, escutar e por ser negro, mais atualmente existe mais conscientização, que todos têm os direitos iguais e que devem ser respeitados, garantido por lei.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber. Ocorre que a escola se democratizou, abrindo-se a novos grupos sociais, mas aos novos conhecimentos. Por isso exclui os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, e assim, entende que a democratização é massificação de ensino. A escola não cria a possibilidade de diálogo entre a possibilidade de diálogo entre as diferentes instâncias epistemológicas, não se abre novos conhecimentos que, até então, não couberam nela (MANTOAN, p.15, 2006).

Ou seja, a instituição de educação muitas vezes está fechada para o diálogo e novos conhecimentos, pois não aceita determinadas discussões, as quais possam estar fazendo um critica construtiva. Porém é necessário que os educadores juntamente com os alunos abram portas para novos conhecimentos e desafios.

Portanto ao desenvolver esta análise das entrevistas realizadas, notamos que há na cidade de Itaberá educadores capacitados, capazes de auxiliar os alunos portadores de necessidades especiais e a aqueles que possuem certa dificuldade, desta maneira não conseguindo alcançar os objetivos da educação que a socialização e o desenvolvimento da aprendizagem destes alunos.

(...) é muito importante, é muito importante o professor tá preparado para trabalhar com com essas crianças, porque? Porque hoje nós não podemos tirar da sala de aula só porque eles são especiais, nos nossa questão hoje é, é colocá-los inserido na sociedade, então, é a partir desse momento que você começa a fazer esses cursos preparatório, você vai ter outro olhar sobre aquelas crianças, certo, então, e você também tem que preparar os outros alunos para recebê-los. Então quando, quando eu vi aqui o metodologias, então quando você vai preparar uma aula, cê prepara uma aula pro seu aluno, não é pra você, igual agorinha mesmo eu vou sentar com o caderno, notebook, pra que? Porque eu tenho que pensar neles, então eu sei que os meus alunos lá especiais tem o professor de apoio, mas o que é importante eu como professora regular lá da sala,

tenho que pensar neles também, então o conteúdo que eu vou trabalhar tem que ser voltado pra eles, então eu vou preparar aquela aula pensando em adequá-lo para trabalhar com essas crianças especiais(...) (Professora Regente, Itaberaí, 2013, cfr anexo 2, p. 41-42).

O educador regular ao planejar as suas aulas deve pensar em todos os seus alunos, para desenvolver atividade que possibilite a socialização e a aprendizagem de todos os seus educandos, apesar dos alunos portadores de necessidades especiais terem professores de apoio, é necessário que o regente, entenda que eles também são seus alunos e incluí-los em seu plano de aula.

É muito importante a qualificação dos profissionais, duas professoras disseram na entrevista, que a Secretaria de Educação oferece cursos sobre inclusão para os professores e, isso é muito importante para que estejam sempre atualizados e possam desenvolver um trabalho com mais qualidade para que os alunos tenham realmente um atendimento educacional especializado.

## CONCLUSÃO

Enfim após realizarmos diversas pesquisas teóricas para a construção deste trabalho de conclusão de curso, podemos dizer que a educação especial já alcançou grandes avanços, e os portadores de necessidades especiais obtiveram grandes vitórias e, uma das principais é o direito de frequentar uma escola regular, porém ainda há muitas coisas a serem alcançadas que se concretize uma educação de qualidade.

As deficiências são classificadas em: auditiva, física, mental e visual, cada uma delas tem suas especificidades, sendo assim há metodologias diferenciadas para trabalhar com cada uma, estimulando o desenvolvimento do aluno especial e para socializá-los.

Mas para que o educando que tenha algum tipo de necessidade possa se desenvolver, interagir com a sociedade e com a comunidade educativa, o professor deve ter uma formação que o prepare para permitir e possibilitar ao aluno o seu desenvolvimento e socialização.

A formação do educador deve acontecer de forma contínua, portanto é necessário que ele se interesse em desenvolver os seus conhecimentos, para que assim, seja capaz de criar metodologias, desenvolver jogos e atividades para acontecer da melhor forma possível a aprendizagem do aluno, é de suma importância que eles sejam observados para perceber o desenvolvimento do seu aluno e para que dessa forma seja capaz de avaliar.

As entrevistas realizadas nos leva a concluir que há professores capacitados e com formação para trabalhar com a educação especial, porém há muitos que trabalham nessa área e, não tem formação e, muitas vezes por falta de conhecimento acabam por segregar o aluno portador de necessidade especial.

Enfim este trabalho realizado nos deu uma pequena visão sobre a educação especial na cidade de Itaberaí. Esse trabalho foi iniciado em nosso município a partir do ano de 1999, atualmente há algumas escolas que são adaptadas e, que conseguem atender estes alunos, porém ainda falta investir na formação de professores de apoio e regular, para trabalhar com a educação especial, há alguns investimentos nesta área mas não o suficiente para atender a todas as crianças que tem um laudo sobre a sua necessidade educacional.

## REFERÊNCIAS

- BAÚ, Jorgiana; KUBO, Olga Mitsue. **Educação especial e a capacitação do professor para o ensino**. Curitiba: Juruá, 2009.
- BERGAMO, Regiane Banzatto. **Educação Especial: pesquisa e prática**. Curitiba: Ibpex, 2010.
- BRASIL, Mec. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Mental**. 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_dm.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf). Acesso em 21 mar 2013.
- BRASIL, MEC. **Educação infantil : saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização : surdez**. [4. ed.] / elaboração prof<sup>a</sup> Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- BRASIL, MEC/Seesp. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. Brasília: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acesso em 21 mar 2013.
- BRASIL, Mec/Seesp. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 21 mar 2013.
- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 De Dezembro de 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em 21 mar 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**/Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 07 nov 2013.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**: artigo a artigo. 16.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- Constituição da República Federativa do Brasil**, 2010.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 02 ago 2012.
- FALCONI, Eliane Regina Moreno; SILVA, Natalie Aparecida Sturaro. **ESTRATÉGIAS DE TRABALHO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL AEE: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE**. Disponível em: <http://jucienebertoldo.files.wordpress.com/2013/03/estratc3a9gias-pedagc3b3gicas-deficic3aancia-intelectual-di.pdf>. Acesso em: 19 junho 2013.
- FERREIRA, Luiz Gustavo Fabris Ferreira. **Bullying: uma Questão de Direitos Humanos**. Graduando em Direito pelas Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo (1º ano) e pesquisador membro do Grupo de Estudos. Outubro/2010. Disponível em: <http://www.pjpp.sp.gov.br/2004/artigos/51.pdf> Acesso em 08 nov 2013.
- GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Org.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MACHADO, Rosângela. **Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006.
- MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PICONEZ, Stela C. Bertholo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papirus, 1991.

Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para formação de professores**. Brasília. A secretaria, 1999.

ZANINI, Fernanda. **Educação Inclusiva e o Papel do Professor Especialista**. Bauru: 2007. Disponível

em:<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Fernanda%20-%20Final.pdf>.

Acesso em: 27 maio 2013.



# **ANEXOS**

## ANEXO 1

### Entrevista Mãe do aluno com deficiência auditiva

A entrevista foi realizada na casa da Flávia Cristina da Silva em Outubro de 2013.

Sueli, mãe do Pedro Vinicius, deficiência dele é auditiva, a formação que eu já tive foi curso de libras, que eu fiz, mais assim não cheguei a terminar não porque tava tendo muita dificuldade. Mas o meu menino, não tenho dificuldade de falar com ele porque ele aprendeu labial, então para a gente que convive com ele assim para ele ta conversando com ele assim é a mesma coisa que ele escuta, por que ele lê os seus lábios.

Flávia: E desde quando ele tem professor de apoio?

Sueli: Bom, ele ficou na creche, ele entrou pra creche um ano e meio ficou até os sete anos durante o tempo que ele ficou na creche ele tinha professora de apoio, que era a escola Maria Olinda, ai ele saiu da creche com sete aninho, já foi pro primeiro ano teve professora de apoio e até quando ele ta estudando agora, ele ta no segundo, no primeiro ano né ele ta com a professora de apoio.

Flávia: Ele já sofreu algum tipo de preconceito?

Sueli: Já, o povo, assim pela cor dele, que não ajuda né, nem tanto pela deficiência porque pra você olha pra ele não vê problema nenhum nele, mas ele disse que a pessoa ri muito dele, dele não entende. Dele na escuta é isso ai.

Flávia: você participa da educação dele? Você tem alguma frequência na escola, que você para saber o que ele ta aprendendo, qual metodologia que a professora usa com ele?

Sueli: Assim quando ele começou estudar, a gente tinha um dia da semana que a gente pra ta participando, ou a mãe ou o pai. Pra ta assistindo aula com ele ate pra ver o comportamento dele na escola, assim mais ou menos um mês

Flávia: Pra ele ter um professor de apoio que “qui” foi preciso você fazer?

Sueli: a gente tinha que ir, ter um relatório sobre a deficiência dele e juntamente com a secretaria da educação a gente passa

Flávia: Ele tem algum apoio da Secretária de Educação do governo que possibilita a desenvolvimento dele?

Sueli: bom, ele um aparelho auditivo e ai a secretaria “protocinou” uma fono pra ele, foi na época do “Welton”, “Welton” Baiano que era prefeito e ajudou muito

ele, ele já tava quase adaptando com o aparelho quando teve aquela “fucera” de prefeito aí, ele recaiu porque trocarão dele a fonoaudióloga e ele não gostou da outra e inclusive não quis mais participa abandonou e aí como se diz guardou o aparelho e não quis mais saber.

Flávia: Ele leva uma vida normal na sociedade, como assim podemos dizer, ele participa dos eventos que tem na escola, ele brinca com os colegas?

Sueli: Bom, na escola Padre Elígio eles excluía muito ele as vezes chamava pra dança quadrilha, na hora “H” não chamava ele pra dança ele saia chorando, chateado e desde quando ele era criança ele ficava assim, agora quando ele participava na creche até teatro ele já fez, lá na creche ele era bem recebido lá.

Flávia: Quando ele, quando o professor apóia ele, quando ele é bem recebido num lugar você acredita que o desenvolvimento dele acontece de uma forma mais fácil?

Sueli: Com certeza, inclusive na escola Padre Elígio, lá eu sinto e muita gente me contou que ele era excluído lá, ele dava muito trabalho quase toda semana, quase todo dia né eu tinha que ir lá, então quando ele mudou lá pro Honestino agora, ele foi bem recebido lá, lá a professora de apoio já é daquela que tem interesse por deficiente, então eu senti que ele desenvolveu bastante, porque uma criança no segundo ano não sabe define o nome do seu pai e da sua mãe. Então assim eu acho que foi um belo atraso nessa escola que o tempo que ele tava aqui ele era muito excluído aqui.

Flávia: Com você ele consegue entender labial, mas ele também consegue comunicar através de libras?

Sueli: Consegui, com qualquer um, ele traduz a escrita agora “tudim”, também traduz se você não saber o que ele tá fazendo em libras ele escreve.

## ANEXO 2

### Entrevista Professora Regente

A entrevista foi realizada na casa da própria professora Maísa Valéria em Outubro de 2013.

Maísa, Maísa Valéria. Eu trabalho com o terceiro ano do ensino fundamental e o meu curso profissional Geografia é me possibilita acesso a trabalhar com a Educação Infantil não, mas eu fiz uma pós graduação em psicopedagogia, ai sim, ai nele eu pude perceber que a partir desse momento que a gente começa a fazer esses cursos preparatórios a gente vai ter mais acesso para trabalhar com crianças infantis. Igual vocês são pedagogas, vocês já ta mais preparada ainda, então, né, é lógico que uma pós graduação é bem-vinda, mais no meu caso era necessário. Era necessário eu tá fazendo essa pós graduação, porque, porque é o estudo da geografia ficava muito vago, então ao fazer esse curso que a Secretaria, uma, um desses cursos a Secretaria oferece, mas esse aqui eu fiz fora, né então, quando surge essa pergunta aqui que você pergunta se a Secretaria de Educação proporciona, proporciona sim, proporciona vários, vários grupos de formação, curso, no começo do ano a gente tem um curso preparatório, então, a gente tem ajuda e suporte para estar trabalhando com essas crianças, principalmente com crianças especiais. Eu vi aqui que você focou muito na Educação Inclusiva, o seu trabalho é sobre educação inclusiva.

Flávia - Especial e Inclusiva.

Maísa - Então tá, é é muito importante, é muito importante o professor tá preparado para trabalhar com com essas crianças, porque? Porque hoje nós não podemos tirar da sala de aula só porque eles são especiais, nos nossa questão hoje é, é coloca-los inserido na sociedade, então, é a partir desse momento que você começa a fazer esses cursos preparatório, você vai ter outro olhar sobre aquelas crianças, certo, então, e você também tem que preparar os outros alunos para recebe-los. Então quando, quando eu vi aqui o metodologias, então quando você vai preparar uma aula, cê prepara uma aula pro seu aluno, não é pra você, igual agorinha mesmo eu vou sentar com o caderno, notebook, pra que? Porque eu tenho que pensar neles, então eu sei que os meus alunos lá especiais tem o professor de apoio, mas o que que é importante eu como professora regular lá da sala, tenho que pensar neles também, então o conteúdo que eu vou trabalhar tem que ser voltado

pra eles, então eu vou preparar aquela aula pensando em adequá-lo para trabalhar com essas crianças especiais, como? A gente usa muito material concreto, né porque o que a escola tem pra oferecer, tem jogos? Tem jogos, mas o mais simples possível é melhor ainda, tampinha de garrafa, grãozinho de feijão, então tudo que você puder você leva pra sala de aula, pra você trabalhar com eles, colagem, você vai ensinando eles a contar, tem uns que não vai aprender, mais você tem que tentar, né porque a cada ano eles tem que, eles tem que progredir e não regredir, então na medida do possível você vai adequando o seu conteúdo na necessidade dele né, na minha sala tem três. Tem um cadeirante, é tem dois autista, então esses autistas, esse cadeirante mesmo ele tem é retardo, ele não aprende, mas ele não pode regredir, sabe aprender contar, essas coisas ele nunca vai aprender, mas ele tem que aprender a socializar, pra ele entrar dentro da sociedade, né pra ele, porque se ele for passear, pra ele ver como, o que que ele deve fazer, o que que ele pode e o que que ele não pode. Então a escola tem que estar preparada pra ele, né agora esses dois outros ai já sabe contar, somar, eles leem sílabas, então o que a gente pode estar fazendo para melhorar pra eles, facilitar, é é adequar o nosso conteúdo, igual o terceiro ano, nós já estamos em divisão, então, divisão na matemática a gente tem que aprender a ensinar essa divisão pra eles de uma forma mais simples, leva aquele grupinho coloca lá na mesinha, separa aquele grupinho de montinho de feijão, pra dividi em três grupinhos, aí eles vão tentando, e com ajuda eles vão conseguindo eles conseguem, é muito importante essas metodologias que você coloca aqui o é tanto o de socialização como de aprendizagem, é muito importante pra esses alunos e a escola proporciona, proporciona o que? Proporciona tipo assim como que o professor pode trabalhar, o que o professor tem que ter na manga, o que que ele não deve faltar dentro da sala de aula pra ele acolher essas crianças. É jogo didático, é livro literário, esses livros literários é rico, olha para vocês verem semana que vem se vocês tiverem a oportunidade de estarem indo lá, é vamos trabalhar a semana inteira com livro literário, dentro desse livro literário vai abordar Geografia, História, Ciências, Matemática, então quão rico é o nosso material, nosso acervo, então você tem que saber aproveitar eles, certo.

### ANEXO 3

#### Entrevista aluno com necessidade especial

A entrevista foi realizada na casa do aluno Raniel em Outubro de 2013.

Meu nome é Raniel tenho 13 anos.

1. Qual é sua relação com os amigos de escola, você interage com eles?

Eles brincam com você?

Com relação à primeira pergunta interajo muito sim com os meus amigos, eles brincam comigo, são legais comigo, não faz nada comigo mesmo.

2. Já aconteceu alguma situação que você ficou chateado(a) na escola?

Você gosta de ir para a escola todos os dias?

Em relação à segunda já aconteceu um a coisa muito ruim comigo na escola, ficam me xingando de perna torta, isso me magoa muito.

Flávia: Mas as professoras tem alguma atitude contra isso?

Raniel: Tem alguma assim, dão suspensão ou manda pedir desculpa.

Elas, elas não gosta que ninguém abuse um do outro.

Flávia: Então elas fazem de tudo pra você socializar?

Raniel: é

3. A sua professora te ajuda a fazer as atividades? Como é a sua relação com ela?

Raniel: E a terceira ela me ajuda nas atividades sim ela, ela é muito bacana, não é muito brava ela, ela entendem os nossos problemas, quando a gente tem alguma dúvida, a gente vai lá e fala com ela, ela ajuda.

Flávia: A sua professora de apoio ou a sua professora regular?

Raniel: as duas eu tenho, nós temos duas professoras>

Flávia: A sua professora de apoio ela te passa algumas atividades diferente?

Raniel: não, porque a professora de apoio tem um aluno especial e ele, que ele se estressa muito fácil e é que fica na sala comigo, porque eu tenho cinco professoras diferentes, cada hora é um, eles ajudam.

Flávia: Você esta fazendo o quinto ano?

Raniel: Oitavo

Flávia: Oitavo ano!

4. Quais são as atividades que você faz na escola? Quais você mais gosta?

E a, e a quarta pergunta eu não pratico esporte de correr, nem chutar, nem pular nem nada, a minha perna não me deixa andar, ela não deixa pular porque eu canso muito, cinco minutos em pé e eu canso.

Flávia: Mas você faz muita atividade de jogo como xadrez, xadrez?

Raniel: Xadrez eu nunca fui bom não, tentei aprender com meu avô aí, mais

Flávia: Quebra-cabeça?

Raniel: Quebra-cabeça eu já sou bom sim, quando é alguma atividade sentada ou de lógica eu até sou bom pra fazer e só.

Flávia: Você, o seu raciocínio é rápido você consegue fazer atividades que exigem pensamento de uma forma mais rápida?

Raniel: De acordo com a atividade eu até faço rápido, porque tem umas atividades que a gente ainda não compreende.

Flávia: então a matéria que você não gosta na escola é educação física

Raniel: É se não fosse a perna até que gostaria, essa perna minha não me deixa.

## ANEXO 4

### Professora de Apoio

A entrevista foi realizada na Escola Estadual Pré Vestibular em Outubro de 2013.

Meu nome é Luclécia Janete Pereira Vieira, eu eu comecei a trabalhar com crianças com necessidades especiais meio por acaso, é eu vi fazendo um curso de libras no centro de apoio e eu sempre gostei muito eu via na televisão porque até então aqui em Itaberaí não tinha era 2002, então quase não se via aqui em Itaberaí, e eu fiz o curso, é pra mim mesma, fiz o curso na intenção de trabalhar nem nada não, depois de um tempo que eu já sabia libras, eu recebi o convite para ser interprete em uma escola e foi ai que eu comecei a trabalhar com alunos com necessidades especiais.

É eu já estava fazendo pedagogia na época e como tudo era muito novo e porque aqui em Itaberaí mesmo começou o trabalho com necessidades especiais em 99, então era 2003, 2002, é ainda na nas escolas não se trabalhavam muito, é começou a trabalhar a inclusão, no que começou as formações daí, mas a faculdade mesmo não tinha, não tinha nenhum curso, não tinha nenhuma disciplina que fazia, que dava alguma base não, a gente as vezes estudava alguma lei que falava que os portadores de deficiência é tinha direito, ou no caso de um interprete ou de acessibilidade ou de alguma coisa assim.

É e além do curso de Pedagogia o que eu tenho mesmo é o curso de libras, só porque depois que eu comecei a trabalhar na área, ainda estava sempre faz curso é todo, geralmente agora, por exemplo, hoje ele faz faz todo todo mês, eles dão curso, dão curso tanto para o professor de apoio e a partir desse ano de 2013 eles também vem trabalhando com os professores regentes, e mais fora esses só o de libras mesmo.

Eu não sei se hoje a faculdade de Pedagogia dá essa base pra pra educação inclusiva, na minha época que eu fiz, eu formei em 2004, é não tinha, a gente estudou algumas leis, algumas coisas assim, mas a mais do que isso não. Hoje eu já não sei como que trabalha é porque hoje é muito mais cobrado do que era na época. Eu creio que hoje já já tem uma cobrança maior em relação a isso.

E os cursos na verdade tem muita teoria, e a gente aprende as coisas na prática, a gente vê que a prática é muito diferente da teoria, é quando a gente



aprende sobre alguma deficiência, porque nos cursos é ensina alguma coisa sobre a deficiência, mas no real mesmo como trabalhar não ensina é e acaba que o professor é da inclusão se sente muito incapaz, é o resultado é muito lento, então a maioria das vezes é se sente muito incapaz, muitos professores acham professor regente acha que é muito fácil, até acha assim a eu vou ser professor de apoio que é muito mais fácil não tem tanto trabalho, mas ai quando entra logo quer sair, não são todos que ficam não, porque o curso na verdade não ensina é como lidar de verdade com a inclusão, porque na verdade é só com a prática mesmo, não tem jeito, no dia a dia que a gente vai descobrindo as coisas e vai vendo as dificuldades, vai vendo os problemas né.

Eu na verdade sempre trabalhei com surdo, já desde 2002 eu trabalho com surdo, agora esse ano eu tive uma uma experiência de trabalhar com alguns outros porque na sala de, é onde eu era interprete é não havia professor de apoio, e havia e havia três e haviam três alunos com necessidades especiais além da aluna surda com que não tinham é que não tinha professor de apoio, porque não achava ninguém pra ser rotulada, sempre naquela luta e aí eu fiquei um semestre inteiro é como interprete mas ajudando esses três alunos e foi uma experiência muito nova porque era uma sala de sétima série, sétimo ano, só porque eles estavam no início assim da leitura, é uma era deficiente mental, então ela era bem infantilizada, mas foi assim algo muito bom, foi muito diferente do que eu já tinha trabalhado.

O estado oferece curso mensal hoje pros professores de apoio e pros professores regentes, é teve uma teve uma época que se investia mais né, quando começou de 99 até 2004, quando Dalson era superintendente do ensino especial, o ensino especial de Goiás se tornou o primeiro, no estado, é em todo o Brasil, porque o Dalson viveu isso na pele tinha os pais eram surdos, então ele investiu muito na educação inclusiva, foi ai que Goiás começou, Goiás que começou, todas as outras, todos os outros estados tiravam de Goiás as ideias, tudo que eles faziam eles tiravam de Goiás, é tinham muitos cursos, muitas formações, é a subsecretaria mesmo dava curso e e tinha muito apoio, depois que o Dalson saiu da superintendência do ensino especial é mudou muito é diminuiu muito os cursos é não se dava o apoio necessário é diminuiu profissionais na área, e o problema do estado é que cada governo quando muda é o secretário da educação é no caso muda todo mundo e acaba que chega outra pessoa que as vezes não dá continuidade no trabalho e ai começa outro tipo de trabalho, então de quatro em

quatro ano todas as vezes que muda de governo sempre dá esse problema porque ai em vez de dar continuidade no trabalho eles começam tudo de novo e ai as vezes um curso que já teve, nunca dão continuidade, mas depois do Dalson a educação inclusiva nunca mais foi a mesma.

Os professores é da sala regular é já tem a dificuldade de ter uma sala inteira com com todos os problemas possíveis, então é muito difícil ele atender especialmente o aluno de necessidades especial, embora a tarefa seja dele e não do professor de apoio, é muitos é são flexíveis quanto a isso e o professor de apoio ajuda muito, é fazendo a adaptação necessária, porem tem alguns que ainda não avaliam de forma diferente, e o maior problema é a avaliação, é querem avaliar como se fosse uma criança com o mesmo tipo de aprendizado e eles não conseguem alcançar .